

1 **Ata da décima oitava reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI**  
2 Às dez horas e cinco minutos (10:05) do dia quatorze de março de dois mil e dezoito  
3 (14/03/2018) deu-se início no INDI, em Belo Horizonte, a décima oitava reunião da  
4 Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI) do Comitê Interfederativo (CIF) que  
5 visa à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo  
6 rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. A reunião se iniciou com a  
7 apresentação do diretor vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de  
8 Minas Gerais (INDI), Ricardo Ruiz dando boas-vindas aos representantes dos órgãos que  
9 compareceram. Foi feito o informe sobre a inversão da ordem da reunião e a participação  
10 da Fundação Renova no primeiro momento da reunião. Deu-se início a pauta e a palavra  
11 foi conferida a Paulo Rocha, representante da Fundação Renova. O primeiro assunto foi  
12 o informe da Fundação Renova sobre o andamento das ações previstas nas Deliberações  
13 enumeradas em pauta. **Referente as ações previstas deliberação nº 101 - Relatório**  
14 **sobre os Fundos de Desenvolvimento (BDMG e BANDES)** foi apresentado um  
15 relatório, entregue em reunião, sobre o “Fundo Desenvolve Rio Doce”. Foi solicitado  
16 por Renova que o INDI disponibilize o relatório aos demais membros da Câmara Técnica.  
17 Paulo Rocha informou que o fundo foi operado pelo BANDES a partir de um aporte de  
18 dez milhões de reais e pelo BDMG com aporte de trinta milhões de reais, iniciando suas  
19 operações em outubro. O BANDES já desembolsou um milhão e seiscentos mil reais e o  
20 BDMG já superou três milhões e meio de reais, sendo que duzentas empresas já foram  
21 contempladas com os recursos. Informou ainda que foi decidido, na última reunião do  
22 Comitê Gestor do Fundo, que o teto máximo de desembolso de operações de crédito foi  
23 aumentado de cem mil para duzentos mil e houve redução da taxa de juros. Apresentou  
24 desenvolvimento de um segundo fundo, o “Fundo de Equalização”, previsto na cláusula  
25 130, alínea *a*, com enfoque no desenvolvimento econômico de Mariana, a ser aprovado  
26 pelo Conselho da Fundação Renova. José Roberto, representante de São José do Goiabal,  
27 apontou que alguns microempresários questionaram a rigidez na análise do crédito e  
28 sugeriu maior flexibilidade. Paulo Rocha informou que BANDES e BDMG atuam de  
29 forma diferente. Relatou que o que foi feito para melhorar a análise do crédito foi garantir  
30 que parte dos recursos sejam destinados para níveis *D* e *E*. Buffon, da FAPES, sugeriu a  
31 inclusão da modalidade microcrédito para possibilitar o apoio a pessoa física. O  
32 representante da Renova respondeu que é possível a inclusão, mas é necessária a criação  
33 de um fundo diferente para operar microcrédito. Sobre a **Deliberação nº 109 – Retomada**  
34 **atividade atividades Laticínio Mariana** esclareceu que foi contratado um plano de



35 negócios que se encontra finalizado e será executado, se propondo a apresentá-lo na  
36 próxima CTEI. Após, sobre a **Deliberação nº 110, acerca do Plano Diretor de Mariana**,  
37 Paulo Rocha informou que houve um processo concorrencial, no qual houve uma empresa  
38 vencedora que aguarda aprovação do conselho, sendo a contratação prevista para abril.  
39 Paulo Cintra questionou como a revisão do Plano Diretor irá influenciar na reconstrução  
40 de Bento Rodrigues. Paulo Rocha respondeu que para iniciar as obras foi negociado com  
41 a prefeitura e vereadores para a definição de um plano diretor em segundo momento para  
42 permitir o início das obras. Em continuidade, sobre a **Deliberação nº 126 – Certificação**  
43 **Produtos com insumos derivados da mineração** Paulo Rocha expôs que foi contratada  
44 uma empresa de Belo Horizonte que iniciou os trabalhos em janeiro e a previsão de entrega  
45 é para o fim de março. Asseverou ser viável ter um selo desta natureza, mas há dúvida  
46 sobre o interesse de mercado sobre produtos de tal origem. José Osvaldo, representante  
47 da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca/MDICT, indagou quais seriam os produtos  
48 a serem certificados e se há alguém interessado em utilizar o rejeito de mineração para  
49 fazer algum produto. Paulo Rocha respondeu que o enfoque do estudo foi em produtos  
50 utilizados na construção civil e obras pesadas, e que já existem empresas que trabalham  
51 com materiais desta natureza. Elisa Costa perguntou qual será a relação estabelecida entre  
52 a Renova e as empresas. Paulo Rocha esclareceu que não há nenhuma espécie de  
53 compromisso da Renova estabelecido com as empresas e que o objetivo é promover a  
54 inserção de novos produtos no mercado através do fomento a pesquisas. José Osvaldo  
55 questionou se será dragado o fundo da calha para a retirada do rejeito. E apontou que a  
56 retirada e transporte inviabiliza qualquer tipo de investimento. Paulo Rocha replicou que  
57 não será resolvido o problema do rejeito, mas que serão realizadas ações de pequena  
58 escala que forem possíveis. Ricardo Ruiz acrescentou que a certificação tem um impacto  
59 positivo no processo minerador e que não se restringe ao acidente ocorrido, podendo ser  
60 utilizado em larga escala. Em seguida houve uma paralisação nos informes sobre as  
61 deliberações por solicitação de participantes da reunião para a **apresentação do Modelo**  
62 **Ressarcimento Alternativo - Ajustes na NT com dados da segunda campanha de**  
63 **cadastro, inclusão da cidade de Marliéria**. Ricardo Ruiz introduziu com uma breve  
64 apresentação sobre a nota técnica nº 50. Fernanda Rabelo, representante do Espírito  
65 Santo, apontou que alguns Municípios tiveram menor dispêndio e receberão maior valor  
66 de ressarcimento. Ricardo Ruiz reafirmou, conforme pontuou no CIF, que aguardou  
67 contribuições fundamentadas até o dia dez de março para inclusão nesta reunião, o que  
68 não ocorreu. Buffon defendeu que a metodologia deve ser aplicada de forma coerente.



69 Ricardo Ruiz reafirmou a necessidade de se consolidar um documento fundamentado com  
70 os apontamentos e que tais pontuações devem ser encaminhadas o mais rápido possível.  
71 Domingos, prefeitura de Sem Peixe, sugeriu um escritório de cadastro itinerante, vez que  
72 alguns cadastros não são realizados pela impossibilidade da população de entrar em  
73 contato com a Fundação. Ricardo Ruiz pediu que os prefeitos encaminhem os pedidos  
74 através de e-mail. Os representantes das prefeituras de São José do Goiabal e Sem Peixe  
75 solicitaram o agendamento de uma reunião para tratar da possibilidade de discutir  
76 algumas propostas consideradas urgentes. Ficou definido que será feita a comunicação  
77 para o agendamento da reunião de prefeitos. Ricardo Ruiz esclareceu que o modelo  
78 apresentado pela Câmara Técnica é um dos modelos a serem apresentados e que a  
79 expectativa é de que haja a proposta de ao menos três modelos. Paulo Rocha, Fundação  
80 Renova, afirmou que a melhor estratégia para aprovação do modelo de ressarcimento é o  
81 consenso com equilíbrio para todas as partes. Apontou discordância à metodologia  
82 apresentada na nota técnica nº 50 e acredita que ela pode ser aprimorada. Propôs manter  
83 a perspectiva de apuração e comprovação dos gastos públicos através da prestação de  
84 contas disponíveis nos tribunais de contas dos Estados. José Roberto, de São José do  
85 Goiabal, apontou a preocupação com o erro contábil e que deve haver uma alternativa  
86 paralela ao modelo apresentado. Mirna, do MAPA, sugeriu que se aguarde a reunião de  
87 prefeitos no INDI antes da apresentação da Renova ao Conselho Curador. Ricardo Ruiz  
88 ressaltou que as reuniões na Câmara não têm natureza deliberativa, e sim consultiva.  
89 Assim, os assuntos tratados devem ser levados ao CIF. Albanex, SEAPA, sugeriu uma  
90 resolução mais célere, ao invés de novas consultorias. Paulo Rocha respondeu que é  
91 importante a apuração do que realmente é gasto extraordinário, vez que no TCE os  
92 lançamentos correspondem a gastos ordinários. Sobre a nota técnica nº 50 informou que  
93 os números já foram atualizados junto à CTEI para aperfeiçoamento da proposta.  
94 Destacou que o número mais preciso para a verificação são os cadastros elegíveis e que  
95 será necessário avaliar as despesas empenhadas, pois algumas despesas não  
96 correspondem a alocações extraordinárias, conceito utilizado na nota técnica nº 50. Elisa  
97 Costa apontou que é preciso discutir a definição de um valor que se aproxime do valor a  
98 ser ressarcido e que seja compatível com o que de fato aconteceu. E, que o modelo  
99 apresentado pelo representante da Renova nesta reunião é mais complexo que os demais  
100 já apresentados. Paulo Rocha discordou de que o modelo é mais complexo e ressaltou que  
101 a Renova não defende os interesses da empresa. Antônio Emílio, de Rio Doce, propôs  
102 que as mantenedoras sejam chamadas à reunião dos prefeitos, para que possam se



103 manifestar de forma direta. Paulo Rocha respondeu que a proposta Fundação Renova é  
104 que se faça o levantamento do gasto real. Ricardo Ruiz informou que é possível, mas que  
105 é preciso um alinhamento antes de discutir com as mantenedoras. Em seguida, foram  
106 retomados os informes sobre as deliberações. Marcos Fuchs, da Fundação Renova, sobre  
107 **Deliberação nº 128 - Digitalização Rede de Rádio 21ª CIA da PMMG**, relatou que  
108 houve dificuldade no levantamento de alguns equipamentos de uso exclusivo da polícia,  
109 mas com ajuda da polícia foi realizado. Logo, o pedido de aprovação do investimento  
110 está na pauta do Conselho Renova para ser validado, aprovado e, possivelmente,  
111 apresentado na próxima CTEI. O pedido de dilação de prazo de 45 dias solicitado por  
112 Renova foi aprovado pela CTEI. Em relação à **Deliberação nº 137- Chamada FAPES/  
113 FAPEMIG**, Paulo Rocha informou a previsão de lançamento de dois editais sendo um  
114 na área monitoramento da biodiversidade e um multitemático até o início de abril.  
115 Pertinente à **Deliberação nº 145- ISA na área ambiental 2**, Lucas Scarascia apresentou  
116 a aprovação do programa com duas ressalvas, determinação de inclusão do ISA e  
117 ratificação do ISA como critério de efetividade do programa de retomada agropecuárias  
118 e construção do plano de ação para o território 2. Foi entregue um ofício para análise e  
119 aprovação da CTEI sobre agroecologia e produção orgânica para que seja trabalhada à  
120 parte do edital global, solicitando um valor de 800 mil reais em apoio aos núcleos de  
121 pesquisa. Lucas chamou à atenção para a cláusula 127 do TTAC que proíbe a retomada  
122 das atividades agropecuárias em APP, o que prejudica o desenvolvimento econômico.  
123 Mario Rossoni, do INCAPER, destacou que é necessária uma discussão aprofundada em  
124 relação ao Espírito Santo, visto que a legislação de APP é diferente no Estado. Foi  
125 solicitado por Ricardo Ruiz que seja feita uma nota técnica pelo Espírito Santo sobre os  
126 municípios em seu território. Pedro Carvalho da SEAG manifestou a importância que o  
127 plano de retomada das atividades agropecuárias para o território 2 seja apresentado para  
128 aprovação, considerando que apesar de diferenciado do território 1, houve impactados na  
129 produção agropecuária no Espírito Santo, sendo necessárias ações específicas, defende  
130 inclusive que existe a necessidade de aplicação de indicadores de sustentabilidade para  
131 território 2 e não somente no território 1. Lucas Scarascia, Fundação Renova, solicitou a  
132 criação de um grupo de trabalho para a discussão a respeito da atividade agropecuária em  
133 APP, considerando que a cláusula 127 proíbe a retomada de atividades agropecuárias em  
134 APP. Ricardo Ruiz respondeu que no que se refere a agricultura o responsável pelo grupo  
135 de trabalho é o Leonardo Kalil, que inclusive elaborou as notas técnicas até o momento.  
136 Pontuou que é preciso o responsável para o ES. Mirna afirmou que o MAPA gostaria de



137 participar. Fernanda Rabello, do Espírito Santo, indicou Pedro Luis Pereira (SEAG) e um  
138 segundo representante. Ficou definida a criação do grupo de trabalho para discussão da  
139 retomada das atividades agropecuárias em APP e definição de um indicador adequado à  
140 área ambiental 2. Ricardo Ruiz solicitou que seja enviado um e-mail formalizando quem  
141 são os indicados do Espírito Santo para que seja criado um grupo de e-mail com os  
142 representantes para se articularem e sejam agendadas reuniões. Quanto à **Deliberação nº**  
143 **146 – Retorno sobre as compras locais** foi apresentado um segundo relatório em  
144 fevereiro que está aguardando retorno da CTEI. Com respeito a **Deliberação nº 147 -**  
145 **Criação de Tilápias e Aquaponia**, Marcos Fuchs informou que após a aprovação do  
146 plano de trabalho foram realizadas reuniões com diversos órgãos para iniciar o processo  
147 de compartilhamento da experiência do Espírito Santo no território mineiro. Pretende-se  
148 articular os projetos da deliberação 147, das 120 famílias com os dois projetos em  
149 Regência e Povoação para avançar como uma experiência unificada. André Cintra,  
150 RAMBOLL, perguntou se houve algum desenvolvimento da ação em Minas Gerais.  
151 Marcos Fuchs respondeu que recebeu uma solicitação dos pescadores de Rio doce e que  
152 estão iniciando um diálogo nesse sentido, mas que não há nenhuma ação de tal natureza  
153 em MG. Concernente à **Deliberação nº 153- Escritórios de Prefeitos**, Carlos Cenachi  
154 informou que está sendo estruturado o escritório, com criação de CNPJ e demais medidas  
155 para a implementação. A reunião foi interrompida as 13:15 para o intervalo de almoço  
156 Retomada a décima oitava reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação, às  
157 quatorze horas e vinte minutos (14:20). Mirna, do MAPA, apresentou um **informe sobre**  
158 **a reunião de técnicos da Fundação Renova e técnicos do MAPA realizada em**  
159 **Brasília**. Informou que dentro do programa das atividades agropecuárias existem dois  
160 públicos. Entretanto, o MAPA, por força de lei não pode interferir na assistência dos  
161 agricultores de agricultura familiar. O MAPA solicita saber, por meio da CTEI, uma  
162 definição sobre quem é o público do MAPA na calha inteira, bem como obter um número  
163 real de agricultores atingidos, pois os números da Renova são divergentes. Ricardo Ruiz,  
164 solicitou que seja formalizado requerimento por e-mail com detalhamento das  
165 características do público de interesse do MAPA. Mirna também informou que foi feito  
166 um alerta para a Renova em relação aos agricultores que não querem assistência técnica.  
167 O MAPA sugeriu uma formalização de quem são esses agricultores para evitar problemas  
168 futuros. Logo após seguiu-se à **Avaliação do documento do Programa de Pesca**. Pedro  
169 Carvalho da SEAG relatou que a Secretaria tem várias considerações a serem feitas  
170 quanto ao documento Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueira apresentado pela

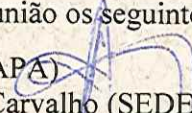
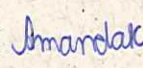
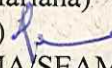

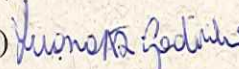




171 Fundação Renova. Ricardo Ruiz solicitou que Pedro Carvalho como relator coordenasse  
172 junto aos especialistas da SEAG/Incaper a elaboração de um Nota Técnica, considerando  
173 inclusive o projeto de Aquaponia para próxima reunião da CTEI. Em seguida abordou-se  
174 o **Programa de Inovação**. Ricardo Ruiz informou que os instrumentos são as FAPs, mas  
175 os temas são especializados e encomendados por Renova. Juliana, Prefeitura de Mariana,  
176 questionou se em relação aos projetos da cidade, eles poderiam utilizar as FAPES.  
177 Ricardo Ruiz e José Buffon explicaram os mecanismos de funcionamento das FAPs e  
178 informaram que não é possível, pois não é voltado ao campo das prefeituras. Ricardo Ruiz  
179 solicitou que a CTEI indique um relator para o Programa de Inovação. Prosseguiu-se ao  
180 quarto item da pauta "**Aprovação de documentos que irão para o CIF**". Ricardo Ruiz  
181 informou que, até o momento, será levado alguns informes sobre os programas e o  
182 Modelo Alternativo de Ressarcimento. Henrique Tavares acrescentou que a Renova não  
183 protocolou um relatório sobre os Fundos de Investimentos para ser levado ao CIF e que  
184 deverá ser cobrado. José Buffon, apresentou um breve comentário sobre a cidade de  
185 Regência. Informou que Renova esteve na cidade e foi suscitado uma ideia de asfaltar um  
186 trecho da estrada. Ricardo Ruiz solicitou que o representante do Espírito Santo  
187 acompanhasse esse debate e requisitasse à Renova algum tipo de ação, bem como entrar  
188 em contato com a SEAPA para alinhar sobre um programa recuperação de estradas para  
189 a calha inteira. Em seguida passou-se ao item **Modelo de Ressarcimento Alternativo**.  
190 Ricardo Ruiz apresentou o Modelo Alternativo de Ressarcimento com dados atualizados  
191 disponibilizados pela Fundação Renova. Destacou que o CIF solicitou a elaboração de  
192 um novo modelo de ressarcimento dos municípios, tendo em vista que o projeto piloto  
193 não alcançou êxito. Ricardo Ruiz relatou as queixas dos prefeitos sobre as dificuldades  
194 de se obter documentos para a comprovação de gastos extraordinários. Afirmou que não  
195 houve gastos extraordinários, mas alocações extraordinárias. Logo, não existem registros  
196 das alocações extraordinários seguindo o mesmo padrão de gastos extraordinários. Mauro  
197 Rossoni, INCAPER, citou exemplos da cidade de Linhares, onde era secretário de  
198 agricultura municipal no momento do evento. Mauro relatou situações das alocações  
199 extraordinárias utilizando recursos disponíveis, que foram máquinas, equipamentos e  
200 pessoal e até mesmo empresas contratadas para prestação de serviços à prefeitura. Ricardo  
201 Ruiz esclareceu que a proposta é pertinente aos quatro meses que antecedem a assinatura  
202 do TTAC. Na reunião, a ser realizada com os prefeitos, será possível expurgar as  
203 despesas. José Buffon apontou que há um problema nos dados de cadastrados. Ricardo  
204 Ruiz destacou a necessidade de uma metodologia para definir ajustes que permitam a



205 adequação específica a cada município. Antônio, Rio Doce, sugeriu para a construção do  
206 coeficiente que se utilize os mapeamentos dos danos feitos pela Fundação, Samarco e  
207 municípios, distribuindo em percentual. Ricardo Ruiz observou que, retirando o cadastro  
208 como indicador de atendimento imediato a população municipal, seriam necessários  
209 outros indicadores, o que não é possível até o momento. Mauro Rossini sugere o  
210 acoplamento de coeficientes relacionados ao FPM. Buffon sugere índices redutores e  
211 amplificadores observando o impacto no abastecimento de água. Henrique Tavares  
212 apontou a possibilidade de utilização do critério do saneamento. André Vieira sugeriu a  
213 utilização do IDH de maneira inversa como indicador. Ricardo Ruiz, coordenador da  
214 CTEI, ressaltou que uma nova versão do modelo de ressarcimento será levada ao CIF,  
215 mas como nota técnica sem caráter deliberativo. A reunião terminou às dezesseis horas e  
216 cinco minutos (16:05). Por ser verdade, lavro e atesto como verídico o conteúdo desta ata  
217 escrita por Maraiza Chaiane Costa da Cruz Silva, estagiária do INDI.

218 Participaram da reunião os seguintes representantes:

219 Adriana Prado (MAPA)   
220 Amanda Siqueira Carvalho (SEDESE)   
221 André Vieira (SEDESE)  
222 Antônio Mauro (Prefeitura de Mariana)  
223 Elisa Maria Costa (SEDECTES)   
224 Fernanda Rabelo de Sousa (IEMA/SEAMA)   
225 Henrique Tavares (INDI)   
226 Izabella Resende (SEDA)  
227 João Ricardo Albanes (SEAPA)  
228 José Antônio Buffon (FAPES)  
229 Luana Azevedo Temponi Godinho (SEMAD)   
230 Mauro Rossoni (INCAPER)  
231 Mirna Lúcia Corrêa (MAPA)  
232 Paulo Beirão (FAPEMIG)  
233 Pedro Luis Pereira Teixeira de Carvalho (SEAG)  
234 Ricardo Machado Ruiz (INDI)  
235 Convidados:  
236 André Luiz Cintra Souza (Raimboll) -   
237 Antônio Emilio (Prefeitura de Rio Doce)  
238 Domingos Savio (Prefeitura de Sem - Peixe)  
239 José Erico (INDI)  
240 Jose Oswaldo (MDIC)  
241 José Roberto (Prefeitura de São José do Goiabal)  
242 Juliana Alves (Prefeitura de Mariana) / JULIO CESAR VASCONCELOS P/ JULIANA ALVES   
243 Renato Silva Cardoso (MDIC)



